



ANAIS DA ASSEMBLEIA

PODER LEGISLATIVO

Nº SOLENE XVIII CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 29 DE AGOSTO DE 2005 ANO XXX

Mesa Executiva

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

PEDRO IVO ILKIV
1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI
2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS
3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA
1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO
2º Secretário - PP

ELIO RUSCH
3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

PASTOR EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

Líder do Governo	Dobrandino da Silva
Líder da Oposição	Valdir Rossoni
PTB	Carlos Simões
PFL	Plauto Miró Guimarães
PSDB	Ademar Traiano
PMDB	Antonio Anibelli
PP	Cida Borghetti
PT	Tadeu Veneri
PDT	Barbosa Neto
PL	Mauro Moraes
PPS	Waldir Leite

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Cleiton Kielse - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca; **PT** - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; **PSDB** - 09: Ademar Traiano - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; **PPS** - 05: Ailton Araújo; Arlete Caramês - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; **PFL** - 04: Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; **PDT** - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; **PP** - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Cesar Seleme - Geraldo Cartário; **Sem Partido** - 03: Luiz Carlos Martins - Jocelito Canto - Mauro Moraes; **PL** - 02: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk; **PSB** - 02: José Domingos Scarpellini - Reni Pereira; **PTB** - 01: Carlos Simões.

SOLENE XVIII

SUMÁRIO

Mesa Executiva	02
Presenças	02
Abertura da Sessão Solene	02
Composição da Mesa	02
Oradores:	
Prof. Sérgio Odilon Nadalim	
Historiador e Representante	
da UFPR.....	
Des. Munir Karam	
Representante do Poder Judiciário	
Des. Luís Renato Pedroso	
Vice-Presid. do Movimento	
Pró-Paraná.....	
Encerramento da Sessão	

SESSÃO SOLENE XVIII

3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 15ª LEGISLATURA ATA DA SESSÃO SOLENE EM COMEMORAÇÃO AOS 152 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DO ESTADO DO PARANÁ REALIZADA EM 29 DE AGOSTO DE 2005

(segunda-feira)

Mesa Executiva:

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariado pela Sra. Deputada Cida Borghetti e pelo Srs. Deputado Elio Rusch.

Presenças:

Às dezessete horas é registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, Pedro Ivo Ilkiv, Augustinho Zucchi, Arlete Caramês, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Elio Rusch, Reni Pereira, Pastor Edson

Praczyk, Ademar Traiano, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, André Vargas, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cesar Seleme, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Cleiton Kielse, Delegado Braddock, Dobrandino da Silva, Duílio Genari, Durval Amaral, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Domingos Scarpellini, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Miltinho Pupio, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Justus, Nelson Garcia, Padre Paulo Campos, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni e Waldir Leite. Presentes também inúmeras autoridades civis, militares, representantes do Corpo Consular, Banda de Música da Polícia Militar do Paraná e demais convidados.

Abertura da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, declaro aberta a presente Sessão Solene comemorativa aos 152 anos de Emancipação Política do Paraná, por proposição do Sr. Deputado Hermas Brandão.

Composição da Mesa:

É com a máxima satisfação que anuncio a composição da Mesa: Exmo. Sr. Orlando Pessuti, Vice-Governador do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Desembargador Munir Karam, representando o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Federal Ricardo Barros, representando a Câmara Federal; Exmo. Sr. Luiz Renato Pedroso, Vice-Presidente do Movimento Pró-Paraná e Coordenador do Comitê Cívico-Cultural; Exmo. Sr. General de Divisão Túlio Cherem, Comandante da 5ª Região Militar e 5ª Divisão de Exército; Exmo. Sr. Conselheiro Heinz Georg Herwig, Presidente do Tribunal de Contas do Estado do Paraná; Exma. Sra. Deputada Cida Borghetti, 1ª Secretária da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná; Exmo. Sr. Deputado Elio Rusch, 2º Secretário da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Convido os presentes a ouvirem o Hino Nacional Brasileiro a ser cantado pelo Coral Paraná e executado pela Banda de Música da Polícia Militar do Paraná.

(É executado o Hino Nacional)

Oradores:

Convido o Ilmo. Sr. professor Sérgio Odilon Nadalim, historiador e representante da Universidade Federal do Paraná, para o discurso oficial.

Sr. Sérgio Odilon Nadalin - Historiador e Representante da UFPR

O SR. SÉRGIO ODILON NADALIN

Prezados senhores; autoridades já nominadas; Deputados; colegas e amigos.

(Lê):

"Prezados senhores.

Agradeço a imensa honra que me foi propiciada pelo convite do Movimento Pró-Paraná, para que proferisse oração alusiva à data de 29 de agosto de 1853, quando, pela Lei Imperial nº 704, foi sancionada a criação da Província do Paraná, 'dando-lhe os limites da comarca de Curitiba e estabelecendo esta cidade como Capital provisória, até que sobre a matéria dispusesse a nova Assembléia Provincial'¹.

Tendo em vista os objetivos precípuos da entidade em 'divulgar e tornar mais conhecida a História do Paraná', não posso deixar de me curvar à vocação de professor. Assim, nesta oportunidade, gostaria de esboçar, no breve tempo que tenho, alguns dos elementos do que estava imerso no complexo processo histórico que traduz a formação da sociedade paranaense, tal como a conhecemos. Um processo que marca o 'passado' anterior aos eventos que culminaram na aprovação legislativa da criação da Província, em agosto de 1853. De maneira igual, um processo histórico que sinaliza um 'futuro', inaugurado pela instalação da Província, em dezembro do mesmo ano.

Dizia eu, vocação de professor, e agrego: vocação, também, de um especialista. Nesse sentido, reconheço uma 'de-formação': vejo a história do Paraná como uma história da ocupação e da 'conquista' de um território, uma história, portanto, de migrações. E é sobre isso, principalmente, que quero falar.

Também vejo, dessa minha perspectiva, uma história que se estrutura e se desenvolve no âmbito da história do Brasil meridional, uma história que tem, como seu horizonte, a própria história 'nacional'.

Devo aduzir, entretanto, que este tema não é, propriamente, original. Para se dar conta disto, basta examinar a historiografia, tanto regional como nacional. Para o seu desenvolvimento, estou alicerçado, por exemplo, nas lições do alemão Carl Friedrich Martius², ao nos recomendar, ainda na metade do oitocentos, como se deveria escrever a história do Brasil; também em João Ribeiro³, Capistrano de Abreu, e outros. No que concerne, mais especificamente, à história do Brasil Meridional e à história do Paraná, eu me apoio nas informações de Romário Martins⁴ e no 1º volume da 'coleção' História do Paraná, cujos autores foram Altiva Pilatti Balhana, Brasil

Pinheiro Machado e Cecília Maria Westphalen⁵. No fundo, segui a receita detalhada no clássico artigo 'Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná', também de Pinheiro Machado⁶ e, de maneira bem mais explícita, ensaiei repetir a tipologia proposta por Sérgio Buarque de Holanda, no primeiro capítulo do seu 'Raízes do Brasil'⁷. Finalmente, as reflexões que faço estão alicerçadas num excelente instrumento didático e de pesquisa, o Atlas Histórico do Paraná, de Jayme Antonio Cardoso⁸.

Em consequência, esta oração desenvolve-se a partir de uma constatação: originada da tradição historiográfica que periodizava uma 'pré-história' fundada na ausência de documentos escritos, tradição essa não sem vínculos com uma visão eurocêntrica da história, a historiografia tem tratado do 'Paraná' e do Brasil a partir do momento em que a região adquire, digamos, 'expressão histórica'. Esta acentuação foi assinalada pelo 'descobrimento', e a partir do reconhecimento e exploração do território pelos conquistadores, que o faziam em nome dos interesses europeus: dos monarcas, da Igreja e dos comerciantes.

O fato torna-se mais relevante porque o indígena, que já se deslocava pelos campos e matas da região, não tinha como característica uma cultura, por assim dizer, 'significativa', tal como os Incas do Peru - só para citar um exemplo mais conhecido e próximo de nós. Menos ainda, não eram detentores de riqueza dignos de serem consideradas pelos portugueses e espanhóis, salvo sua própria força de trabalho que, como sabemos, foi aproveitada e 'consumida' até quase sua extinção pelo colonizador.

Fugiria aos meus objetivos, aqui, mencionar nesse processo as tentativas da ocupação espanhola da região, retratada na rica experiência jesuítica. Se a história das reduções aqui não cabe, por outro lado enfatizo o papel dos empreendimentos paulistas para a exploração e conhecimento da região. Sobretudo porque, depois deles, no século XVIII vieram as entradas oficiais que, pouco a pouco, prepararam a penetração no território da população irradiada dos campos curitibanos. Desse processo migratório surgiria a primeira comunidade paranaense. O tema deste discurso tem, portanto, continuidade na ênfase das duas outras história que desembocaram no Paraná Contemporâneo, praticamente após 1853. História de diferentes tipos de colonização. Histórias de processos de deslocamentos populacionais e de expansão diferenciados, de construções culturais singulares, de sociedades originais. Histórias, por conseguinte, que envolvem e

5.1969.

6.Machado, 1951. Republicano como 'documento' na Revista História: Questões & Debates, 8(14/15).

7.1963.

8.Com texto explicativo de Cecília Maria Westphalen. Cardoso & Westphalen, [1981].

1.BALHANA, et al., 1969:109.

2.1841:149-157.

3.1914.

4.s/d e 1941.

explicam tensões, interesses e rivalidades políticas regionais e que, durante certo tempo, constituíram obstáculo à sua efetiva unidade. Refiro-me ao que a historiografia tem denominado do Paraná Meridional, 'tradicional' e mais antigo; de forma igual, ao Paraná formado a partir do chamado 'Norte Velho' (na verdade, o Nordeste paranaense) - alargando-se para o 'Norte Novo' e, ultrapassando os limites das terras roxas, atingindo, no Nordeste, os arenitos Caiuá - o 'Norte Novíssimo'. E, finalmente, ao Sudoeste e Oeste, além dos limites do sul do Paraná, dito tradicional e definido historicamente pela ocupação dos campos de Palmas.

Por conseguinte, estou considerando, aqui, uma periodização cujas balizas estão bem demarcadas no início (1500) e no fim (a comemoração deste efeméride que sinaliza o centésimo quinquagésimo segundo aniversário do 'Paraná', enquanto unidade política administrativa). Todavia, os limites definidos propriamente os dois grandes períodos que dividem estes cinco séculos de história estão, antes, assinalados por um grande abalo que sublinha a desestruturação do mundo colonial, do qual, como sabemos, nossa região era parte. Um mundo cujo contexto teve como mola-mestra o comércio - com um formato todo particular - e uma vaga fundamentação política e econômica conhecida como Mercantilismo.

Esse estremecimento na história do Paraná e do Brasil é situado, grosso modo, no século XIX. Para nós, uma centúria que bem poderia começar em 1807 com a chegada da Corte Portuguesa e que, de certa forma, não respeita 1900, avançando durante certo tempo no século XX. Uma centúria que, para o Paraná, poderia começar quando, por volta também de 1807, ou um pouco antes, lá em Lisboa um zeloso burocrata informava a respeito de uma carta encaminhada às Cortes por Pedro Joaquim de Castro Correia e Sá, solicitando a emancipação de Paranaguá. Dizia: 'recebi esta carta, mas ignoro igualmente a qualidade e circunstância do autor e a sua residência, o que também não é de muita necessidade, pois que não se perde nada, ainda que fique sem resposta'¹. Ainda não era tempo. Um século XIX, finalmente, que, para nós curitibanos e paranaenses, é sinalizado igualmente pelos eventos de 1985.

Num cenário pintado pela industrialização, o antigo colonialismo fundado no comércio e no mercantilismo tornara-se anacrônico. Depois de uma 'breve' pausa, entre os anos de 1789 e 1870², o processo de 'globalização' - forçando uma expressão que hoje se tornou corrente -, voltou com mais força, tomando a forma do chamado Imperialismo.

Nesse contexto iniciou-se o processo da transição demográfica, combinado a profundas mudanças na sociedade européia e que, na sua fase inicial, causou um notável crescimento da população; no essencial, uma

população ainda muito ligada ao campo. Tal crescimento, associado às alterações propiciadas pela industrialização, pelo desenvolvimento do capitalismo, por uma revolução nos transportes e, no campo, nas relações agrícolas, favorecia a idéia de migrar para as cidades ou, e, de 'fazer a América'. Uma idéia de migrar que vingou, e que acabou por levar, no seu termo, à saída do continente de milhões de emigrantes, com uma parcela significativa dirigindo-se à América do Sul.

Naquele mundo cada vez mais - como foi mencionado - globalizado, os referidos estremecimentos atingiram, do lado de cá, o Brasil. É evidente, de uma forma muito característica. Quando as mudanças começaram na Europa, estávamos no auge do período colonial. Assim, eu diria que a grande fronteira temporal entre os dois períodos, demarcados para história da sociedade brasileira, define-se pelos concernentes acontecimentos e mudanças estruturais que ocorrem mormente entre 1850 e 1930. Não é, pois, significativo que a história da Província, depois do Estado do Paraná, começa justamente ao seu iniciar este período?

Até a chegada da Corte em 1808, somente portugueses eram autorizados a se fixarem na Colônia. A partir de então, e no quadro das mudanças mencionadas, foram plantadas as sementes de uma política imigratória. Mudava qualitativamente o fluxo imigratório no Brasil, propiciado por uma legislação específica promulgada pelo Príncipe Dom João. Já independente, no Brasil, a partir de 1850 e, principalmente, de 1870, a 'qualidade' referente às grandes massas de populações que entram em cada ano no país. Na conjuntura do início da segunda metade do século foi iniciado o que ficou generalizadamente conhecido como a 'Grande Imigração', período em que ingressaram, até 1939, cerca de 4,8 milhões de imigrantes³. Em consequência, devemos inserir na história dos deslocamentos populacionais no Brasil e no Paraná a chegada de imigrantes estrangeiros, em levas cuja origem seguia de forma aproximada a marcha da transição demográfica na Europa. Ou seja, da Europa Noroeste (escandinavos, ingleses e sobretudo 'alemães'), para - quase abrindo-se como um leque - num lado a Europa do 'Meio-Dia' (italianos, espanhóis e portugueses, e depois gregos), e a Europa Central e Oriental, de outro (eslavos). Trata-se de uma história bastante cara à nossa historiografia e ao imaginário paranaense, em especial o curitibano. Para fechar esta observação, é necessário grifar que é a partir de 1853 que se estabelecem as bases para uma política de colonização no Paraná, que chegou à sua melhor expressão no período Lamenha Lins, na década de 1870.

Em função dessas mudanças, incluídas as consequências da imigração, destacam-se os concernentes processos de 'enxameamento', como definiu um autor⁴ a remigração dos descendentes de italianos e alemães a

1. Beloto, 1990:55.

2. Mais ou menos da Revolução Francesa até a formação da unidade política alemã e italiana.

3. Neiva & Carneiro, 1950:60-1. Quadro republicado em Nadalin, 1980:301.

partir dos núcleos coloniais do Rio Grande do Sul, bem como as histórias de urbanização mais especificamente ligadas a esse fenômeno. Mas não só, é evidente. Em princípio, no tema desta oração caberiam as migrações que, na época contemporânea, são referidas pelos especialistas como transferências populacionais do campo para a cidade, como deslocamentos de caráter rural-rural (semelhantes aos da referida 'enxamegação'), e assim outros. Na medida em que isso for possível e pertinente, esses temas completam as análises concernentes às migrações que traduzem a aquisição e valorização político-econômica do nosso território, (e aqui cito novamente Brasil Pinheiro Machado: 'pelo estender de uma posse contínua por quatro e meio séculos, e pelo contínuo adotar de uma cultura'¹). Uma cultura que se define, gradativamente, 'paranaense'.

Novamente, é minha vocação de professor que assinala: esse 'contínuo adotar de uma cultura' não podia deixar de abranger a realidade imposta pela escravidão. O tripé latinfúndio-patriarcalismo-escravismo deixou traços igualmente profundos na sociedade paranaense. No entanto, algumas tradições historiográficas têm como referência uma sociedade 'loura' no Paraná, constituindo um 'Brasil diferente'², e isso marcou posição numa parcela da nossa intelectualidade.

A base dessas interpretações radica-se num fenômeno que também afeta a nossa problemática. Refiro-me ao remanejamento da escravaria ocorrido no século XIX, também uma migração - evidentemente forçada -, e que leva grande parte dos remanescentes afro-brasileiros cativos para regiões onde seu trabalho era mais rentável do ponto de vista econômico. É claro que, ampliando ainda mais essa perspectiva, os carijós tangidos do litoral para São Paulo, e da mesma forma os guaranis dos planaltos ao ocidente da Serra do Mar, nos séculos XVI e XVII, também se incluíam o rótulo desse tipo de deslocamento populacional.

Assim, se o tema não é propriamente original - como afirmei no início desta palestra -, a minha contribuição seria a de refletir sobre um assunto que tem como denominador comum a formação histórica dessas comu-

nidades³ que, ao se integrarem, constituíram a sociedade paranaense que conhecemos. Já as mencionei antes: refiro-me ao Paraná, meridional da criação de gado, das invernadas, do tropeirismo, do mate e da madeira. Ao Paraná organizado em torno da cultura do café e, finalmente, ao Paraná do Oeste e Sudoeste, da pequena propriedade, da suinocultura e da cultura extensiva de cereais.

Peço licença para observar aos que me ouvem que é necessário ficar alerta para que significa referir-se ao "Paraná" antes do século XVIII ou XIX. A essa licença de expressão somam-se, também pelos motivos apontados, os séculos XVI e XVII do domínio espanhol e das andanças dos paulistas caçadores de riquezas no vasto território a oeste de Tordesilhas.

Como resultado, o que temos como história do Paraná é, primeiramente, uma realidade administrativa que, até o final do século XVIII, traduz-se na Capitania de São Paulo. Tendo como início o momento que "agregou" as capitanias de Santo Amaro e São Vicente (- incluindo durante alguns anos a Capitania de Paranaguá -), esta constituiu durante muito tempo, o extremo meridional da colônia portuguesa na América do Sul. Um extremo sem fronteiras bem delimitadas, mesmo sem fronteira nenhuma, pois Tordesilhas caducou logo pela falta absoluta de praticar o acordo assinado entre Portugal e Espanha.

De modo que, na mencionada Capitania de São Paulo e até pelo menos o início do século XVIII (e conforme observara Romário MARTINS), "Paranaguá era então a Vila litorânea mais meridional do Brasil, e Curitiba a mais meridional e ocidental do sertão brasileiro."⁴ Para o sul, o território "paulista" era, efetivamente, uma vasta área de ninguém, habitada por indígenas que estavam sob os olhares dos espanhóis e portugueses, ansiosos por deitar-lhes as mãos para fazê-los trabalhar como cativos. Durante muito tempo, o "Paraná" teria sido o território espanhol dominado pelo caminho do Peabiru e seus diversos ramais, que serviram como via de acesso aos bandeirantes que exploraram a região, do litoral até Guaíra, e de São Vicente até o vale do Rio Uruguai, bem mais ao Sul.

Assim, organizei-me nesta alocução para tentar mostrar as bases de alguns fatos: destaca-se, em primeiro lugar, um "Paraná" mais antigo, dito "tradicional", cuja história confunde-se com o início do povoamento que se verificou sob a égide do poder colonial português. Um "Paraná" que, até pelo menos o início do século XVIII, constituía-se de uma vasta região de campos que se estendiam dos "Gerais" até a Vila dos Prazeres das Lages. Um Paraná que compreendia, desde há muito tempo, o "lito-

4.A 'enxamegação dos pioneiros', termo que nos foi legado por Jean ROCHE ao tratar do processo de deslocamento dos descendentes dos alemães a partir dos núcleos de colonização implantados no Rio Grande do Sul [1969:319-401, v.1].

1.MACHADO, Brasil Pinheiro. Esboço de uma sinopse da história regional do Paraná. **História: Questões & Debates**, 8 (14/15):177-205, jul-dez. 1987. p.178 (grifado no original).

2.Ver o exemplo flagrante de Martins: 1955. Dadas a intensidade e recorrência em que se leu Auguste de Saint Hilaire, até que ponto não foi o naturalista francês o 'grande culpado' dessas generalizações? Em 1820, ao passar pelo Paraná, deixou registrado no seu diário a descrição do 'paranaense' como o mais europeu dos brasileiros.

3.Esse conceito é utilizado, neste livro, tal como foi utilizado por Brasil Pinheiro Machado em seus diversos escritos, e de acordo com a contribuição de TÖNNIES, no início do século.

4.MARTINS, (s.d):16.

ral parnanguara”, desde há muito tempo assim conhecido, apesar da costa portuguesa de São Vicente estender-se até Laguna.

Refiro-me ainda a um “momento” que alcança o final do século XVIII, momento dominado pelos (- e cito Sérgio Buarque de HOLANDA -), “gestos e façanhas audaciosas, galardoando bem os homens dos grandes vãos”.¹ Momento que explica migrações de ocupação, articuladas à cata da riqueza fácil; do triunfo, portanto, da procura pela **aventura**.

Em consequência, este primeiro capítulo tentou esboçar a compreensão de como se deu a “conquista” do território meridional do Brasil por indivíduos que inicialmente percorreram a região para explorá-la, buscar riquezas e prear índios. Primeiro, a partir da costa, traficando, procurando, caçando - enfim, mostrando o caminho - e estabelecendo os primeiros domicílios e povoados no litoral. Como não podia deixar de ser, povoados e domicílios cuja maior característica era a instabilidade. Mais tarde, estendendo a exploração e o criatório pelos campos de Curitiba; nesse meio tempo, os bandeirantes paulistas desciam para a captura dos carijós e, mais tarde, encaminhavam-se para fazer guerra às reduções jesuíticas do Guairá. Com a dilapidação da região, volta novamente a esperança do ouro, até o momento em que o metal precioso é descoberto na região do Mato Grosso e Minas Gerais.

De toda esta história, até o final do século XVII, resultou a ocupação do litoral e do primeiro planalto, com sociedades diferentemente especializadas, mas complementares: lavoura (e comércio) em Paranaguá, criatório e internadas nos campos de Curitiba e nos Campos Gerais. De tal forma tornou-se importante essa atividade da criação de gado, cavalos e muare, principalmente para atender à demanda crescente das Minas Gerais e em função da passagem estratégica da região do caminho Viamão, que esta população estendeu-se cada vez mais ao oeste, até Guarapuava e depois Palmas. Mas, aqui, já adentramos francamente no século XIX, o que inicia o nosso segundo capítulo.

Esse processo histórico, fundado em tropelias de bandeirantes, na aventura da busca do ouro, no braço cativo indígena, numa certa complementaridade nos estímulos econômicos do litoral e do planalto e nas grandes distâncias a serem percorridas para chegar a São Paulo, tudo isto constituiu o ponto de partida da organização de uma sociedade original. Essa sociedade, identificada como uma “comunidade” paranaense, incorporou de maneira gradativa a região que, mais tarde, denominaríamos de “Norte Velho”. Portanto, destaco que esse primeiro momento é constituído pela história da Região Meridional do Brasil desde o século XVI até o início do XIX, com o foco centrado no Paraná.

Em seguida, viria o que a historiografia tem salientado como o Paraná “moderno”. O regime cativo definhava, como definhava a mentalidade mais “aventureira” do luso-brasileiro. Embora o gosto pela aventura mantivesse os traços que caracterizam a sociedade brasileira, chegara o momento de parar para laborar. De se assentar. De constituir “família”. Finalmente, o Iluminismo começava a esclarecer a escol, convencendo-a de que havia uma dignidade no “trabalho” e nas riquezas assim produzidas, desde que realizado por pessoas livres procurando dificuldades a vencer.² Como corolário, entendia-se como cada vez mais necessário acabar com a “mancha” da escravidão.

Por conseguinte, mudam os estímulos para as migrações, com a industrialização e as mudanças econômicas e sociais decorrentes. Uma nova mentalidade desenvolve-se nas elites brasileiras e paranaenses e, nesse contexto, emerge o Paraná da industrialização, do desenvolvimento econômico e social, da imigração estrangeira e, principalmente, da integração das diversas “comunidades” paranaenses.

Começo, pois, a concluir, enfatizando que o processo da emancipação político-administrativa da Quinta Comarca da Província de São Paulo iniciara-se quando esta ainda era Capitania: pelo que se sabe, com manifestação a respeito pela Câmara Municipal de Paranaguá, assinada em 06 de julho de 1811. A partir de então, desenvolveu-se uma dura luta política culminando na década de 1840, embalada por justas reivindicações: eram, afinal de contas, 60 mil habitantes vivendo em terras férteis, com possibilidades de expansão “industrial” e que faziam frente ao revolucionarismo que vinha do Sul. 60 mil “paranaenses” que exigiam respeito e seus direitos, sem outra alternativa a não ser a separação de São Paulo o que, naturalmente, esbarrava em outros interesses. Circunstâncias diferenciadas, situações conflitantes, que explicariam porque a luta durou mais de quarenta anos, praticamente o tempo de duas gerações.

Esta conjuntura, que culmina na efeméride que hoje aqui se comemora, constitui a superfície de um imenso iceberg que se constrói por um processo longo, e que resultou numa identidade paranaense. Efeméride que, entre outras, assinala ponto de inflexão nas estruturas tradicionais da sociedade paranaense, marcadas pela “aventura”, indicando um novo começo. Ensejada do ponto de vista político pela promulgação da Lei 704 e a posterior instalação da Província, inflexão que define um futuro desenhado a partir de então, enfatizando o “trabalho”, ainda pensando na dicotomia proposta por Sérgio Buarque de HOLANDA para nos ajudar a compreender as raízes do Brasil e as raízes do Paraná.”

Muito obrigado!

1. HOLANDA, 20.

2. HOLANDA, 1963:19.

(Apresentação musical "Sou Paranaense")**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Tenho a honra de passar a palavra ao Exmo. Sr. Desembargador Munir Karam, representante do Poder Judiciário de nosso Estado nesta Sessão.

Desembargador Munir Karam - Representante do Poder Judiciário

O SR. MUNIR KARAM

Sr. Presidente Hermas Brandão, em cuja pessoa homenageio todas as autoridades aqui presentes:

Estamos em Sessão Cívica, comemorando os 152 anos da Emancipação Política do Paraná. As três instituições estaduais, Legislativo, Executivo e Judiciário, estão aqui representadas neste momento histórico.

Há dois anos passados comemorávamos, em um final de tarde muito frio, neste mesmo plenário, o Sesqui-centenário da criação do nosso Estado. O tempo passou e não podemos ignorar que nesta efeméride já não nos aquece o mesmo espírito festivo e esperançoso, em face da grave crise política que assola o nosso País.

Não podemos nos unir ao silêncio obsequioso de intelectuais ou de líderes pastorais. Estamos estupefatos diante da indignidade das parcerias público-privadas e dos chamados cartões de crédito corporativos. Tendo vivenciado diversas crises institucionais, jamais haveríamos de imaginar, mesmo nos tempos mais sombrios, que haveria uma CPI denominada CPI dos Correios, para investigar esta instituição secular e outra CPI, da compra de votos. Como diria Cícero, nas Catilinárias: "ó tempora, ó mores".

Avulta a nossa responsabilidade, como representantes das nossas instituições estaduais, em mostrar ao povo do Paraná que nada haverá de abalar o nosso ânimo de servi-lo com a mais acentuada determinação de sermos fiéis aos princípios que nortearam todas as nossas vidas no caminho da ética, da transparência e da moralidade pública.

Ouvimos as palavras do professor Fábio Konder Comparato na reunião do Executivo estadual sobre a importância de resgatarmos a República e a Democracia. E assim o faríamos por uma cruzada cívica, que conscientizasse e integrasse o nosso povo nas decisões magnas sobre o seu próprio destino. Mais do que uma democracia representativa, onde o mandatário age em nome próprio e no seu interesse pessoal, precisaríamos nos preparar para um novo modelo de uma democracia participativa.

Permito-me acrescentar que não podemos, ao falar de República e democracia, esquecermos do pacto federativo. A Federação está cada vez mais cativa ao Poder Central que, com seus tentáculos, faz dos estados e municípios seus meros dependentes. Não é apenas na distribuição dos recursos orçamentários, nem mesmo na competência legislativa, mas também com a recém-instalação do Conselho Nacional da Magistratura, que hipertrofiou seus poderes, para se tornar órgão de intervenção nos Judiciários Estaduais, seja pela edição de normas, seja pela atividade correcional. É a presença materializada e em sua pior versão do tão temido controle externo.

(Lê):

"Mas é o momento de buscarmos nas tradições de nossa história a inspiração e o alento para afrontarmos as incertezas e os perigos da quadra que hoje vivemos e das indecisões do amanhã.

Vermos a atividade judicante não apenas como fonte do direito, senão também como parte do tecido social a escrever e a reescrever a própria história, como fonte de sabedoria e experiência, memória coletiva, ininterrupto jogo dialético entre o homem e o mundo objetivo.

Reunindo estes fragmentos, estaremos a compor um grande mosaico, refazendo a trajetória fulgurante do Judiciário Paranaense, cujo vigor - no dizer do historiador EDILBERTO TREVISAN - provém da moralidade e dignidade de seus membros, em meio a tantas tormentas e transformações sociais. Cada qual deles acrescentou uma pedra para a construção deste edifício moral e cívico, não por acaso chamado por TAVARES BASTOS de **A Muralha da Liberdade**.

E este mosaico repousa sobre uma pedra prismática, refletindo a luz do tempo, formada por três vultos eminentes, que se destacaram na vida do judiciário paranaense, que agora em justa homenagem nos cabe reverenciar.

O primeiro deles foi o Ouvidor RAFAEL PIRES PARDINHO.

O Ouvidor era a segunda autoridade da Capitania.

Além das atribuições judiciais, o ofício de Ouvidor compreendia a economia, os meios de transporte, a cobrança de tributos, política, comércio, agricultura, enfim, todas as atividades da vila. Funcionava como legítimo representante do Príncipe ou Rei.

Por provisão régia de D. Pedro II de Portugal, datada de 22 de junho de 1700, foi criada uma Ouvidoria Geral para as Capitanias do Sul, ficando o Ouvidor estabelecido em São Paulo.

Em 1719, RAFAEL PIRES PARDINHO é nomeado Ouvidor Geral para as Capitanias do Sul. Em 1721 visitou Curitiba e Paranaguá, quando baixou os primeiros provimentos, mas tarde transformados em provisões régias, que constituíram as bases estruturais da organização social e política de Paranaguá.

O Ouvidor Pardino, pela sua ação eficaz e inteligente, tornou-se vulto benemérito de Paranaguá, cujo Fórum leva o seu nome.

À gestão de Pardino junto à Coroa deve-se a criação da Comarca de Paranaguá, pela Carta Régia datada de 17 de junho de 1723. Compreendida todo o Sul do Brasil, até o Rio da Prata.

O segundo nome é o de GENEROSO MARQUES DOS SANTOS, que criou a nossa organização judiciária.

GENEROSO MARQUES DOS SANTOS, que ocupava a Presidência do Estado, editou dois atos normativos. Pelo Decreto nº 1, de 15 de junho de 1891, dispôs sobre a Organização Judiciária e Legislação Processual. Em cada distrito havia quatro Juizes distritais eleitos por sufrágio direto. De seus julgamentos cabia apelação ao Juiz de Direito da Comarca.

O Decreto dispunha que o Poder Judiciário é independente e soberano em suas decisões e que Desembargadores e Juizes eram magistrado vitalícios.

Demonstração maravilhosa de confiança de Generoso Marques na magistratura. Ainda agora, apenas o Brasil - na América do Sul, confere tais garantias a seus magistrados e dota o Poder Judiciário de uma estrutura hierarquizada, onde o ingresso se dá por concurso público e não por injunções políticas.

Estas lições da história não podem ser perdidas, nem esquecidas.

O Decreto nº 02, de 06 de junho de 1891, por ele editado, dividia o Estado em oito comarcas e respectivos termos, a saber: Curitiba, Paranaguá, Castro, Lapa, Ponta Grossa, Jaguariaíva, Guarapuava e Palmas.

Não será exagero dizer que o Generoso Marques está para a Organização Judiciária do Paraná o mesmo que Zacarias de Goes e Vasconcellos representou para a organização do novo Estado.

Nada melhor para fazer justiça à sua memória do que relembrar o elogio que dele fez Laertes Munhoz, por ocasião do seu Centenário:

“Ao assumir a presidência constitucional do Estado, em 1891, o seu primeiro cuidado foi a lei de organização judiciária, de sua própria autoria, baixada com o Decreto nº 01, de 15 de junho daquele ano. Nessa lei se consubstanciavam as mais seguras garantias à magistratura, o que relevava, na sinceridade do homem público, o ideal do advogado por uma boa administração da justiça. Foi ele, também, nessa mesma ocasião, quem organizou o Tribunal de Apelação do Estado, composto de homens tão eminentes pela sua idoneidade e saber jurídico que, com proveito para o Brasil, no dizer do Ministro Macedo Soares ao Marechal Floriano Peixoto, poderia ser o Supremo Tribunal Federal” (Páginas escolhidas, vol II, pág. 238 - Curitiba: Editora Assembleia Legislativa do Paraná, 2003).

E, finalmente, a figura extraordinária de Clotário de Macedo Portugal, eleito por três vezes como Presidente do Tribunal de Justiça, tendo sucedido a Manoel Ribas como interventor no Governo do Estado, quando redemocratizado o país. Não se pode deixar de registrar o livro biográfico O Juiz integral, de autoria do nosso historiador Túlio Vargas, que bem retrata a grandeza desse homem notável.

Assim é a nossa história, plena de tantas alvissaras e de tantas saudades. Imagens passadas que nos surgem mais vivas, quando recordamos a nossa jornada.

Sem Justiça impossível a vida, porque ela é a especial manifestação do Direito na segurança, na liberdade e na igualdade.

É cumprido o seu papel, de vivê-la, predicá-la e aplicá-la, que o Judiciário vai operando a sua grande missão que é a de fazer o povo acreditar na Justiça e amar a Justiça.

Nenhum Estado do Brasil cresceu tanto como o Paraná, em tão curto tempo, apenas pelo trabalho do seu povo, sem benesses e sem privilégios.

A comunidade de homens e mulheres que para aqui vieram, formaram suas raízes, trabalham, buscam incessantemente uma vida mais segura, confortável, feliz.

O Paraná somos todos. Somos também aqueles que, investidos do poder de julgar, nos entregamos ao labor profícuo e desinteressado e a vivência daquela altíssima e delicada tarefa, que é a de fazer Justiça.

Paraná que é como o rio que o batiza, forte, impetuoso.

Paraná que é como a terra que o rio fertiliza, generosa, acolhedora.

Paraná que é como o povo que habita, trabalhador, criativo, empreendedor.

Paraná, nascemos para te conhecer, te amar e te servir.”

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Tenho a honra de conceder a palavra ao Exmo. Desembargador Luiz Renato Pedroso, Vice-Presidente do Movimento Pró Paraná e Coordenador do Comitê Cívico Cultural.

Desembargador Luiz Renato Pedroso - Vice-Presidente do Movimento Pró Paraná

O SR. LUIZ RENATO PEDROSO

Sr. Presidente da augusta Assembleia Legislativa do Estado do Paraná; distinguidas personalidades que compõem esta Mesa; meus senhores e minhas senhoras.

(Lê):

MOVIMENTO PRÓ PARANÁ

“O 29 de agosto nos deve ser ainda mais grato que o 19 de Dezembro”

(Bento Munhoz da Rocha Neto).

1 - Prólogo:

O Movimento Pró Paraná, entre a Integração e Relações Institucionais, presidido pelo insigne jornalista, Dr. Francisco Cunha Pereira Filho, promove, neste momento, com o beneplácito da augusta Assembleia Legislativa, Sessão Solene comemorativa do Dia da Emancipação Política do Paraná, registrando, assim, de forma condigna, o feito histórico de um pugilo de patriotas, cuja persistência, por largo período, possibilitou o des-

membramento do nosso Estado, da Província de São Paulo.

Desafortunadamente, a nossa história é bem pouco conhecida, porque parcamente divulgada, ensejando, com isso, que marcantes datas sejam olvidadas e dispensem merecido festejo.

A fundação do Movimento Pró Paraná teve por escopo fundamental assinalar os fatos, de sorte a possibilitar homenagem a todos aqueles que construíram e constróem a grandeza de nosso Estado, da mesma forma como projetá-lo no âmbito da Federação, como meio da obtenção do reconhecimento à sua pujança.

Certos estamos, portanto, que o Paraná merece todo nosso esforço e a mais devotada contribuição, para que se torne cada vez maior e melhor.

2. A criação da Província:

Não devo, neste solene momento, evocar os pródomos da luta em prol do grande objetivo.

Todavia, não me furto ao dever de apelar para o magistério do extraordinário e saudoso paranaenses, o Governador Bento Munhoz da Rocha Neto, quando, em memorável pronunciamento perante esta mesma e douta Assembléia Legislativa, em Sessão Solene no dia 29 de agosto de 1953, quando se comemorava o Centenário da Emancipação, assim registrou: "A luta parlamentar durou dez anos, indo do projeto do Deputado paulista Carneiro de Campos à persistência inflexível do mineiro Cruz Machado. Fizeram eco na sensibilidade dos representantes brasileiros, nas velhas aspirações da 5ª Comarca Paulista, com o seu primeiro clamor que, deveria ser, tinha de partir de Paranaguá, onde nasceu a civilização paranaense. O 29 de agosto de 1853, com a promulgação da lei nº 704, é o remate de uma campanha que mobilizou opiniões e energias, para a conquista de um objetivo há muito consolidado na consciência de todos.

A vitória parlamentar era o que, acima de tudo, contava e constituía o marco da luta pela criação da nossa Província. O 29 de agosto nos deve ser ainda mais grato que o 19 de dezembro, porque representa, na verdade, o dia de nossa vitória, cuja expressão

cresce de significado quando se considera que no longo período imperial, apenas de seu regime unitário, só se criaram duas províncias, a do Amazonas e a do Paraná, permanecendo as demais com a estrutura quase idêntica à das capitanias, encontradas pelo 7 de setembro."

Creio que tais palavras, partindo do mais eminente homem público que o Paraná produziu, sejam suficientes para marcar a solenidade desta tarde!

3. Peroração:

Relembrando e homenageando, do âmago do coração, todos aqueles que, há 52 anos, obtiveram extraordinária vitória, também saúdo aqueles que, em seguida, bem como no presente, ajudaram a construir nossa grandeza!

Louvando a presença, entre nós, de significativas personalidades da administração pública, do mundo político institucional e da comunidade e agradecendo a anuência do renomado historiador Sérgio Odilon Nadalin em ser o orador oficial, rendo-lhes o preito de grande admiração e maior respeito."

Encerramento da Sessão:

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Esta Presidência deseja expressar o seu mais profundo agradecimento pela presença das autoridades civis, militares, ao nosso querido Coral Paraná, à Banda de Música da Polícia Militar do Paraná, bem como a todos os presentes, que aqui compareceram, honrando e dignificando o Poder Legislativo paranaense.

Convido a todos os presentes a ouvirem o Hino do Paraná, após o quê estará encerrada a presente Sessão.

(É executado o Hino do Paraná)

Levanta-se a Sessão.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX